

SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Os Franciscanos e a Independência do Brasil

Frei Venâncio Willek O. F. M.

A independência do Brasil não foi obra de poucos anos nem de alguns políticos. Até surgirem as condições propícias, requereu-se séculos de atividades catequética e civilizadora, conjugadas com a corajosa defesa dos direitos humanos de nossos silvícolas. Neste sentido, se destacaram tanto os missionários como os historiadores, afirmando Frei Vicente do Salvador: "Quebraram os pregadores os púlpitos, sobre isto; mas era pregar em deserto". Anos depois, Frei Cristovão de Lisboa, 1º custódio do Maranhão e do Pará, expôs a Dom João IV a triste situação do Brasil-norte: "E quando os portugueses vão a estas conquistas, resultam delas tantos escândalos que fazem odioso a promulgação da fé, tendo (os índios) os portugueses por homens injustos e que procedem com muitas violências e tiranias; e fogem os índios por se verem livres deles, e despovoam a terra".

A trissecular ação missionária dos religiosos, que foram milhares, some-se a dos padres mestres que ensinavam a gramática à juventude ou lecionavam filosofia e teologia aos candidatos da própria Ordem monástica.

Apareceram os primeiros assomos de nacionalismo brasileiro, quando da invasão holandesa, reunindo-se os representantes das várias raças do país em defesa da pátria e da Igreja, desmentindo os cálculos diplomáticos do Pe. Antônio Vieira que considerava o nordeste brasileiro irremediavelmente perdido.

Quando em 1654 o exército brasileiro entrou vitorioso no Recife, marchava à frente o custódio Frei Daniel de São Francisco, em paga da denodada colaboração que dezenas de franciscanos haviam prestado como capelães militares. Nessa "guerra divina", mais de 40 frades menores foram desterrados pelos batavos, e vários foram mortos, como o filho de Olinda, Frei Manuel da Pieda-

de, ao alçar o crucifixo ante os soldados patriotas nos combates de Cabedelo, PB.

Em matéria de autonomia, as ordens religiosas adiantaram-se muito à do país. Já no século XVII, a Santa Sé declarava independente da província-mãe portuguesa os franciscanos do nordeste e centro brasileiros, congregando-se nas duas províncias de Santo Antônio da Bahia (1657) e da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro (1675). Como prosseguisse a vinda de vocações portuguesas, os frades brasileiros reputavam-se postergados, obtendo, no século XVIII, a lei da Alternativa para garantir a ocupação dos cargos principais, ora por brasileiros, ora por portugueses.

Não admira, pois, que os franciscanos tenham tomado parte ativa no próprio movimento independentista, isto é, tanto os brasileiros como vários lusos radicados no Brasil.

Pernambuco, berço do nacionalismo, figura também como teatro da revolução de 1817. Frei João da Conceição Loureiro, filho do Recife, e que ao cargo de lente de teologia cumulava o de guardião, no ardor da campanha trocou o burel franciscano pela farda. Chegou até a animar a sua comunidade religiosa recifense que lhe seguisse o exemplo. Embora traído em Vitória de Santo Antão, PE, e encarcerado em Salvador, o exguardião não desanimou. Depois de anistiado, voltou fisicamente alquebrado ao seu convento. Ciente de que o Ceará ainda não aderira à independência, para lá partir e com a sua palavra inflamada obteve a vitória da causa patriótica.

Faleceu no mosteiro de Santo Antônio de Recife, aos 28 de setembro de 1823, vítima das privações e da prisão.

Entre os confrades de Frei João, pertencentes à província para, lá partiu e com a sua palavra inflamada obteve a vitória de São Jacinto Mavignier, capelão mor da divisão cachoeirense e pregador régio. Inexcedível nos atos de bravura, bateu-se no concavo bahiano, à testa dos combatentes cujas corporações ele organizara em Cachoeira. Durante três dias enfrentou as tropas inimigas, encorajando os seus soldados e o povo assaz desanimados até afinal conseguir a derrota dos portugueses e aprisionar-lhes uma escuna de guerra. E todas essas façanhas bélicas, o frade feito militar as realizava sem receber soldo.

Nos púlpitos de Salvador, sobressaltou-se pela coragem intrépida, o famoso orador Frei João do Amor Divino, defendendo a independência na presença das autoridades e tropas portuguesas.

Outros franciscanos ofereciam ao exército brasileiro do General Labatut pouso e hospedagem nos conventos do interior,

segundo confirmam os atestados ainda existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Mas o papel mais importante, desempenharam-no dois franciscanos do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, Frei Antônio da Arrábida, português, e Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, carloca. O primeiro, desde 1807 figurava como educador e confessor de Dom Pedro I, tendo servido de conselheiro de Dom João VI em Portugal e no Brasil.

Embora o jovem príncipe não primasse como bom aluno, afeiçoou-se muito ao padre mestre, dedicando-lhe sempre verdadeira amizade, tomando-o como conselheiro até a sua abdicação em 1831. Muitos encontros dos políticos eram realizados no convento de Santo Antônio onde o frade português residia como hóspede. Ou na cela deste ou na de Frei Sampaio debatiam os patriotas os passos necessários para a independência, figurando Frei Antônio como confidencial do príncipe regente.

As atividades políticas dos dois franciscanos e a sua influência sobre o movimento independista confundem-se um tanto, sendo que o Frei Sampaio, na qualidade de orador régio e jornalista, aparecia mais em público, ao passo que seu confrade preferia agir sem publicidade. Acusado de não ter colaborado bastante para a conciliação do Brasil e de Portugal, defendeu-se o educador de D. Pedro I: "Se a boa fé presidia às suas deliberações, às das cortes, se os seus intentos não eram escravizar por que razão lhe tem custado tanto a ajustar os projetos emitidos pelas comissões? Por que razão nada do que parece favorecer o Brasil diretamente lhe agrada?... E' assim que irmãos se ajustam? E' este o método de tratar as mais interessantes questões de Estado?"

A enérgica resposta deixa entrever quanto Frei Antônio se esforçou pelo bom, entendimento entre os países irmãos, após a aclamação do nosso primeiro imperador.

OS FRANCISCANOS E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (II)

Tanto Dom João VI como Dom Pedro I reputavam Frei Antônio da Arrábida um elemento indispensável, durante as negociações luso-brasileiras, após a proclamação da Independência. Para afinal obter o feliz término das conversações, D. João mandou, como embaixador seu, o diplomata inglês C. Stuart confiando-lhe uma carta autógrafa destinada ao franciscano português. E não se enganara El-Rei. Pois, entregue a missiva no convento de Santo Antônio do Rio, a 16 de julho de 1825, e realizados vários encontros do diplomata régio com Frei Arrábida, chegaram os paí-

ses irmãos ao acordo, assinado o tratado, a 29 de agosto do mesmo ano.

O pregador régio e jornalista consumado Frei Francisco de Santa Teresa Sampaio não se limitou a agir atrás dos bastidores, a exemplo do confrade português, mas tersou as armas em público, do alto da tribuna sagrada e nos órgãos da imprensa. Aos interesses patrióticos, este franciscano carioca reuniu as vantagens pessoais, como prêmio garantido pelo próprio D. Pedro. Uma vez perdida a esperança da recompensa prometida, o frade decepcionado retira-se da vida pública, chegando a falecer em 1830, ao passo que Frei Arrábida até à velhice perseverou fiel ao ideal independentista e monárquico, embora após a abdicação de D. Pedro I experimentasse duras perseguições, inclusive a ameaça de assassinio.

Em outubro de 1821, terminara o mandato de Frei Sampaio como guardião do convento do Bom Jesus da Ilha, sendo então eleito definidor provincial, com residência no convento de Santo Antônio da Arrábida um elemento indispensável, durante as nego-eloquência sacra aos jovens confrades.

O príncipe regente D. Pedro estava convencido da influência extraordinária que o pregador e escritor franciscano exercia sobre a opinião pública e em particular sobre a loja maçônica "Comércio e Artes", na qual figurava como orador principal. Convidou-o, pois, a colaborar a bem da causa brasileira prometendo-lhe em paga a primeira mitra episcopal que vagasse no País.

Frei Sampaio aceitou a proposta. Em breve a sua cela claustral converteu-se em sala de reuniões políticas e todas as suas atividades se concentraram na defesa dos interesses da pátria através do semanário "Revérbero".

Desde o dia 9 de dezembro de 1821 os encontros dos políticos com Frei Sampaio ampliaram-se, saindo dos debates mais ardorosos e violentos, depois de notórios os decretos das cortes lisboetas que pretendiam reduzir o Brasil à colônia e exigiam a volta de D. Pedro para Portugal. Cumpria, pois, convencer o príncipe regente que tais pretensões além de injustas eram impraticáveis; este, de fato, respondeu a uma sindicância secreta que estaria disposto a ficar no Brasil se assim optasse o povo. Frei Sampaio recebeu a incumbência de escrever um manifesto convincente que, em seguida, fosse apresentado ao público e assinado pelos patriotas. Datado de 29 de dezembro, o documento do franciscano teve em poucos dias 8.000 subscrições a pedirem a permanência de D. Pedro. Este, vendo-se surpreendido pela "vox populi", ao ensejo da sucessão do senado de 9 de janeiro de 1822, declarou reso-

auto: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação estou pronto; diga ao povo que FICO".

Sendo muito aceito na corte, na qualidade de capelão régio, e sabendo da volubildade e inconstância de D. Pedro, pediu Frei Sampaio à princesa Maria Leopoldina que confirmasse o esposo no propósito de ficar no Brasil.

Na imprensa carioca batia-se o franciscano contra os liberais, defendendo os interesses da projetada monarquia com o princípio: "Garantir tanto a liberdade concedida pela autoridade como os direitos legais desta". Os liberais, porém, pleiteavam a liberdade irrestrita a ser assegurada pelo governo.

A partir de julho de 1822, o franciscano assumiu a redação do novo órgão "O Regulador Brasílico Luso" fundado para preparar a monarquia. Censurado pela maçonaria por causa de um artigo publicado no "Regulador", respondeu Frei Sampaio que o mesmo não traduzia a opinião do periódico por ser de autor estranho. Quanto aos seus próprios discursos, sermões e escritos, não se orientava pelas promessas ou ameaças alheias e sim pelas suas convicções pessoais.

Quando da aclamação do Imperador, a 12 de outubro de 1822, foi o orador régio Frei Sampaio quem proferiu o panegírico, comparando o império brasileiro com os dos assírios, persas e romanos, evocando a mão de Deus que dirige o destino dos povos e exclamando no auge do sermão: "Fazei seu trono mais sublime que o do Rei Davi".

O religioso carioca prosseguiu, dedicado à causa da monarquia e de D. Pedro I, até que este em 1827, influenciado pela Marquesa de Santos, o traiu e, em consequência, perdeu o fiel colaborador.

Embora limitada ao âmbito da província franciscana, merece todo realce a circular patriótica lançada aos 30 de setembro de 1822 pelo provincial carioca Frei Angelo de São José Mariano. Quase octogenário, e benemérito da província da Imaculada Conceição, apela para todos os súditos no sentido de aderirem à Independência "trazendo no braço esquerdo a rosa verde no ângulo de ouro, com a legenda INDEPENDÊNCIA OU MORTE". Era esta a maneira lembrada por D. Pedro I de se distinguirem "dos dissidentes os verdadeiros amantes da causa do Brasil".

Recordamos afinal dois bispos portugueses e ambos da Ordem: D. José da SS. Trindade, empossado na Sé de Mariana, MG, em 1820, visava em tudo a causa de sua segunda pátria, sendo por isso eleito vice-presidente do triunvirato de Minas, na crise

de 1821/22. Mandou fazer coletas em benefício do império, assistiu a coroação de D. Pedro I e, em carta pastoral de 1833, exortou os diocesanos a obedecerem à legítima autoridade.

D. Joaquim de N. S. de Nazaré, desde 1820 bispo do Maranhão, sobressai entre os franciscanos lusos que negaram a D. Pedro I o juramento de fidelidade, porque se reputava devedor de D. João VI, a quem mandava em segredo os decretos do imperador em vez de publicá-los no Maranhão. Ainda depois de todo o Norte aderir à Independência, o bispo continuou reacionário, sendo como tal repatriado para Lisboa, em 1823.

Por muito que variassem os motivos da solidariedade à Independência, entre frades brasileiros e lusos, o advento da autonomia há tanto anelado representou para todos a promoção de seu campo missionário trisseccular e um fato inaudito: a proclamação do Império do Brasil.